



Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e dois minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 158/2021 – Proposta n.º 12/2021 – GAP – Contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Setúbal para a AML na área dos transportes públicos de passageiros – Aditamento.**
 - 2. Deliberação n.º 159/2021 – Proposta n.º 27/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2021/2022, ao abrigo do Lote 5 do Acordo Quadro AQ-CR-2018, da ESPAP – PAQ n.º 1062/2021/DITEM – Consulta Prévia n.º 96/2021/DAF/DICOMP/SECOMP.**
 - 3. Deliberação n.º 160/2021 – Proposta n.º 28/2021 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Orçamento da Receita, 3.ª ao Plano de Atividades e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 4. Deliberação n.º 161/2021 – Proposta n.º 21/2021 – DURB/DIMOT – Conversão a via de “Sentido Único” da Rua Guerra Junqueiro e, na confluência desta com a Rua Principal Praias do Sado, colocação de “Proibição de Voltar à Direita e à Esquerda”.**
 - 5. Deliberação n.º 162/2021 – Proposta n.º 01/2021 – GVCR – Auto de transferência de competências e recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal.**

6. **Deliberação n.º 163/2021 – Proposta n.º 04/2021 – SMPCB – Centro de Vacinação contra a COVID-19 na União de Freguesias de Azeitão - Apoio à Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense.**
 7. **Deliberação n.º 164/2021 – Proposta n.º 08/2021 – DOM/DIHAB – Proposta de celebração de Protocolo para a implementação do Estúdio de Som e Vídeo “Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade” Bela Vista.**
 8. **Deliberação n.º 165/2021 – Proposta n.º 08/2021 – DAAE/DIHU – Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Setúbal.**
 9. **Deliberação n.º 166/2021 – Proposta n.º 52/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à União Desportiva e Recreativa das Pontes – Campeonato de Motocrosse.**
 10. **Deliberação n.º 167/2021 – Proposta n.º 53/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio ao espetáculo “Zeca Afonso Contado e Cantado” - ACTAS.**
 11. **Deliberação n.º 168/2021 – Proposta n.º 54/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 17.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal – Sociedade Musical Capricho Setubalense.**
 12. **Deliberação n.º 169/2021 – Proposta n.º 55/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio à realização da edição da obra premiada do XXI Concurso Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage.**
 13. **Deliberação n.º 170/2021 – Proposta n.º 56/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro para a colocação de piso no salão da Sociedade Filarmónica Providência.**
- C) **Período destinado à intervenção do público.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo (incluindo Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira no âmbito do Departamento de Educação e Saúde, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que gostaria de colocar uma questão relativamente ao arranque de algumas árvores na Avenida de Angola, que tinha sido feito dias antes. Gostaria de saber se as árvores em questão tinham sido arrancadas por não estarem saudáveis ou se haveria algum problema com aquelas plantas, ou não havendo problemas, se as árvores estivessem saudáveis, qual tinha sido o motivo para terem sido arrancadas e não terem sido transplantadas, por exemplo, para o Parque Urbano da Várzea, que era um espaço que era necessário arborizar e no qual se poderia fazer uso de árvores que já tinham algum porte.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que tinha pedido a palavra porque queria dizer que havia momentos em que valia a pena dizer que valia a pena lutar. Valia a pena insistir, valia a pena intervir contra aquilo que podia parecer, por vezes, estarem a bater sem qualquer eco, que estavam a intervir, por vezes, sem as pessoas perceberem o sentido de porque é que estavam a levantar algumas questões. O facto era que, ao fim daqueles anos todos, em que tinham vindo a colocar questões sobre a ampliação do Centro Hospitalar de Setúbal, da ampliação do Hospital de São Bernardo, parecia que se começava a ver alguma luz ao fundo do túnel.

Era importante fazer essa referência, porque na Câmara tinha vindo a insistir sobre essa questão e a intervir sobre essa questão. No Centro Hospitalar de Setúbal, os seus profissionais, a administração, os utentes e a população tinham vindo a colocar essa questão. Parecia que estava a levantar um problema que não fazia sentido, que estava tudo previsto, ao contrário do que a realidade tinha vindo a demonstrar.

Finalmente, ao fim de vários anos, parecia que tinha sido assinado o despacho conjunto pelos secretários de Estado da Saúde e das Finanças, para transferir, para fazer um reforço do capital estatutário do Centro Hospitalar de Setúbal, numa verba entre 1 milhão e 800 mil euros e 1 milhão e 900 mil euros - naquele momento, não conseguia precisar -, que iria permitir o conforto financeiro necessário para que o Centro Hospitalar de Setúbal pudesse lançar o concurso público internacional da ampliação.

Era claro que aquele era um momento em que deviam estar satisfeitos e, portanto, fazia essa afirmação. Valia a pena insistir, valia a pena lutar, valia a pena, ao longo de tanto tempo, terem estado sempre presentes sempre, com o hospital, a defender aquilo que era a sua qualidade, aquilo que eram as suas valências, como, noutros momentos, também tinha acontecido, nomeadamente com a senhora Presidente.

Era claro que não podiam fazer a afirmação de que estava tudo resolvido. Estava naquela fase, naquela etapa, que permitia, naquele momento, dar esse passo fundamental que era lançar o concurso público. Era claro que ainda faltava garantir o financiamento, depois, para a empreitada, em concreto, e era necessário, também, que o Conselho de Ministros aprovasse uma resolução que recalendarizasse o mesmo projeto, mas, sem aquele passo que se estava a dar nada disso seria possível.

Não estava ali a fazer um “furo”, estava acertado e com autorização do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal para poder fazer aquela declaração, porque esse despacho conjunto não estava ainda publicado em Diário da República. Da parte do executivo atual da CDU e futuro executivo da Câmara, o que poderiam afirmar e o que poderiam comprometer-se com a população de Setúbal, com os profissionais do Centro Hospitalar de Setúbal, era que iriam continuar a acompanhar todo esse processo em pormenor. Iriam ver cada momento e cada passo que iria ser dado, para garantir que, concluído o processo do concurso público internacional, de imediato se procedesse à adjudicação da empreitada e que se iniciassem as obras de construção da ampliação do Hospital de São Bernardo de Setúbal, que permitiria garantir as condições físicas necessárias para a manutenção e melhoria de todas as valências e competências que existiam no Centro Hospitalar de Setúbal, que incluía o Hospital de São Bernardo e o Hospital Ortopédico Santiago do Outão.

Era claro que havia um conjunto de outras questões, relacionadas com os recursos humanos, que tinham a ver com o envelhecimento dos profissionais do Centro Hospitalar de Setúbal e dos profissionais de saúde, em geral, mas era um problema concreto sobre o futuro e a qualidade, a capacidade e a competência futura do hospital e, também, com as questões de financiamento, que eram tão importantes para a melhoria das condições de trabalho e de funcionamento do próprio hospital. Naturalmente, iriam continuar, também, a acompanhar essas questões e não permitir que acontecesse alguma desvalorização, algum desinvestimento no nosso Centro Hospitalar, que não era, apenas, de Setúbal, mas que servia os concelhos limítrofes e toda uma região mais ampla, como era conhecido.

Pena era que, durante todo esse processo tivesse havido quem, de alguma forma, procurasse desmobilizar aquilo que era a ação dos eleitos, aquilo que era a ação da Câmara, aquilo que era a ação dos próprios profissionais do hospital, dando a entender que estava tudo resolvido, que estava tudo garantido, quando, de facto, nada estava garantido e, como comprovava aquela notícia que naquele dia tinham tido, que também só tinha sido possível porque o grupo parlamentar do Partido Comunista Português, em novembro do ano anterior, tinha conseguido fazer aprovar, na Assembleia da República, uma proposta que permitiria a transferência da verba para o Centro Hospitalar de Setúbal.

Aquele despacho não tinha, ainda, garantido a transferência da totalidade dessa verba, mas continuariam a fazer força, a garantir e a trabalhar para que isso, de facto, acontecesse e que a ampliação do hospital fosse uma realidade.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que queria aproveitar essa importante informação que o senhor Vereador Ricardo Oliveira tinha dado, que, naturalmente, significava um passo, mas, como o próprio vereador tinha referido, não significava a concretização. Perguntava-lhe, já que tinha tido essa informação e que, naturalmente, tinha acompanhado esse processo e, como bem sabia, não tinha sido o único que o tinha feito, mas, claramente, tinha-o feito nas suas competências, como vereador, eram várias as entidades que tinham acompanhado esse processo, era uma luta e uma reivindicação da cidade, perguntava-lhe se achava que, em alguma medida, existia o risco de acontecer aquilo que tinha acontecido com o Hospital do Seixal, onde também existia um despacho.

Se quisesse até lhe podia mostrar esse documento, que era, exatamente, o que estava a analisar, um documento da Câmara Municipal do Seixal que falava de um despacho do ministério, que falava da cabimentação em Orçamento de Estado e que referia, igualmente, que esse equipamento iria estar ao serviço da população em 2019. Nada disso tinha acontecido e, como tinha referido, e bem, o senhor vereador, que havia uma questão de luta, que era preciso continuar a insistir e que, já no passado, tinham ouvido que essa situação estava resolvida, não querendo, de forma alguma, poluir aquilo que tinha sido o discurso de motivação, que achava que era fundamental para nos mantermos focados nessa reivindicação do concelho, perguntava-lhe se considerava que isso ainda não podia ser um risco, ou não, de acabarmos no Hospital de Setúbal como tinha acabado o Hospital do Seixal. Aliás, a ampliação do Hospital de Setúbal como tinha acabado o Hospital do Seixal, ou seja, nós sem ampliação e o Seixal sem hospital. Sem, nem de perto nem de longe, retirar aquilo que era a importância de um passo que tinha sempre que ser dado, mas, como bem sabia, ainda ficava distante do caminho final.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que queriam, desde logo, também congratular-se pela notícia dada pelo Vereador Ricardo Oliveira. Sabiam todos que era um passo importante e estavam convictos de que as questões do financiamento seriam resolvidas. Tinham tido sempre uma postura de responsabilidade, relativamente àquele processo. Tinham tido as mesmas preocupações que todos os outros vereadores e toda a comunidade setubalense tinha tido e continuava a ter, relativamente à ampliação do Hospital de Setúbal, mas, também, tinham tido sempre a convicção de que o Governo estava a agir com responsabilidade nessa matéria o continuavam a achar, mas deviam estar sempre atentos, sim. Essa era a obrigação deles e essa também seria sempre a sua postura, mas estavam convictos de que, realmente,

a ampliação iria ser concretizada e que as questões do financiamento e dos recursos humanos também seriam resolvidas.

Os autarcas, as populações e as diversas entidades que tinham uma palavra a dizer sobre aquele processo tinham que estar sempre atentos. Isso era uma verdade, independentemente do Governo que estivesse em funções. Tinham essa obrigação de estar atentos e fazer sempre força, para que as coisas se concretizassem o mais rapidamente possível.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria agradecer a intervenção, nomeadamente, do senhor Vereador Nuno Carvalho e considerar, naturalmente, também, com muito interesse a intervenção do Vereador Fernando Paulino, mas, como o Vereador Nuno Carvalho tinha referido – e bem -, como tinha deixado bem claro na sua intervenção, esse era um passo fundamental, necessário, mas não era suficiente. Costumava-se dizer um pouco a expressão: *“Há uma condição que é necessária, mas não é suficiente”*, ou seja, não podia avançar a ampliação do Centro Hospitalar de Setúbal sem aquele despacho, mas não era suficiente para a concretização. Naturalmente, não tinha sido por acaso que tinha deixado o compromisso de que iriam continuar, naquele executivo e no próximo executivo à frente dos destinos da Câmara Municipal de Setúbal, a acompanhar todo esse processo, a garantir que os próximos passos, também necessários e não suficientes, seriam concretizados, até ser, de facto, uma realidade.

Infelizmente, não seria a primeira - e esperava que tivesse sido a última vez - que processos como o processo do Hospital do Seixal, como tinha sido referido, com um conjunto de compromissos, de promessas, com, inclusivamente, inscrição em Orçamento de Estado, inclusivamente, no famoso PRR, que fazia referência ao Hospital do Seixal, que nunca mais *“saía da secretária”* – iam chamar assim -, parecia que estava guardado numa gaveta, com alguma outra coisa que também teria ficado guardado na gaveta e que visse, também, os dias da realidade. Ou como tinha acontecido no Hospital de Évora, no Hospital Central do Alentejo, em que tinha sido feito o concurso público, tinha sido lançado o concurso público, tinha sido feito o relatório final do concurso público e, depois, primeiro que fosse adjudicada a obra nunca mais era adjudicada e as coisas tinham andado bastante tempo em banho-maria.

Com toda a experiência que tinham nesses processos, não iriam deixar de acompanhar, de estar presentes e de garantir que, de facto, aquilo que eram esses passos necessários faziam parte, de facto, um processo que iria ser tornado realidade em tempo útil.

Agradava-lhe ver o Partido Socialista, naquele momento, considerar que tinha acompanhado as preocupações que nunca tinha tido, porque se recordava, em fevereiro de 2020, quando ali tinham levantado várias vezes a questão de onde é que estaria a verba, de onde é que estaria previsto em Orçamento do Estado, onde é que estariam as condições para poder o processo avançar, tinham dito sempre que isso estaria garantido e que tinham a certeza da confirmação, tinham tudo isso, mas estava à vista que nunca tinha estado previsto, tal como a senhora Ministra Marta Temido, honra lhe fosse feita, tinha tido a coragem e a franqueza, perante ele e a Sra. Presidente, dizer, de facto, que não estava e que, quando estivesse previsto, logo iria no Orçamento. Tinha sido assim que tinha sido afirmado.

Se não tivesse sido toda a pressão que tinham feito, toda a pressão na comunicação social, toda a pressão que os profissionais do hospital, Conselho de Administração incluído, todos incluídos, e a população, naquele momento, não teriam esse passo necessário, mas que não era suficiente.

Portanto, achava que era bem-vindo o reconhecimento do Partido Socialista que, de facto, afinal, as coisas não estavam previstas e que era necessário, de facto, estarem e acompanharem muito bem aquela questão, porque, de facto, tinham preocupações de outras práticas e de outros momentos, em que aquilo que tinham sido as promessas que tinham sido feitas, curiosamente, próximas de momentos eleitorais, não se tinham concretizado. Aquela que não fosse, também, uma promessa próximo de um tempo eleitoral, porque iriam estar cá, para garantir que era para ser concretizada.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que adicionar algo que achava que era relevante, à informação, muito importante, que o senhor Vereador Ricardo Oliveira tinha transmitido, que era referente a dois aspetos. Um que era uma batalha que achava que era importante concretizar, era o facto de o Hospital Ortopédico do Outão se manter aberto e manter-se essa valência, porque tinha sérias dúvidas - e, até que lhe provassem em contrário, elas iriam manter-se - de que, na ampliação que estava prevista, fosse possível introduzir, por assim dizer, nesse espaço físico, as valências que o Hospital do Outão tinha, com tudo o que isso implicava, a nível de salas de espera, de logística, de estacionamento, e, naturalmente, do próprio espaço em si, para que todo o pessoal médico e não médico precisava para trabalhar. Portanto, que aquela ampliação do Hospital de Setúbal representasse, efetivamente, um aumento da capacidade. Achava que isso só se concretizaria, estava seguro que isso só se concretizaria com manutenção do Hospital da Secil.

Era a única vez em que iria usar essa prerrogativa, mas, se lhe fosse permitido, achava que tinha alguma utilidade. Ele mesmo, na última audição que tinha ocorrido no Parlamento, tinha perguntado isso ao senhor Secretário de Estado e ele tinha respondido que não havia nenhuma intenção de fechar o Hospital da Secil, algo que achava que era importante que se mantivesse em perspetiva.

Em segundo lugar, algo que o preocupava era o facto de outro senhor Secretário de Estado, o senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, ter respondido, no que dizia respeito à questão do pessoal médico, que o Hospital de Setúbal tinha tido muita contratação de muitos profissionais, e, portanto, até era um hospital que, nesse aspeto, tinha sido beneficiado.

Esperava que não se entendesse essa perspetiva, em primeiro lugar, como algo que fosse suficiente, no que dizia respeito ao pessoal médico para o Hospital de Setúbal, porque sabiam bem - por uma discussão que já tinham tido e todos tinham estado de acordo, em todos os partidos, incluindo o Partido Socialista - que era um hospital cuja dimensão e área de abrangência era muito superior àquela para a qual estava inicialmente destinado.

Portanto, era crucial que essa visão do senhor Secretário de Estado não se concretizasse como uma visão de que já se tinha feito o suficiente, mas que, de facto, se trabalhasse para que o hospital pudesse servir a população também com um aumento de pessoal necessário, face à procura que existia.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que era para ficar claro que o Partido Socialista nunca tinha dito que a ampliação não estava prevista. Não tinha dito isso. Tinham achado sempre que a ampliação estava prevista, que havia dúvidas era sobre a verba inscrita no Orçamento de Estado.

Estava de acordo com a intervenção do Vereador Nuno Carvalho e só discordava de *“até o Partido Socialista achava que...”* Sempre tinham achado que a ampliação era necessária, que o reforço de pessoal era necessário e sempre tinham acompanhado as preocupações de toda a gente. Nunca se tinham posto de fora por terem no poder, naquele momento, um Governo do Partido Socialista. Portanto, tinham acompanhado as preocupações daquilo que eram as realidades locais, nunca se tinham posto fora disso e, quando era preciso lutar, quando era preciso tomar posições relativamente àquilo que eram as questões locais, tinham estado sempre e estariam sempre presentes.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, em relação à questão do hospital, a coisa estava clara, tinha era que se garantir mesmo a ampliação, ponto. As questões a montante da ampliação eram pré-existentes e tinham que ser resolvidas, como a questão dos recursos humanos, etc, e outras matérias que tinham vindo a tratar. Portanto, naquele momento, tinha que se resolver as questões que estavam a montante, mas havia um objetivo muito importante que era mesmo a ampliação e, depois, as consequências e as implicações que isso tinha.

Devia deixar-se, depois, à comunidade hospitalar decidir os espaços que tinha para que valências é que serviam e, em função disso, logo se resolvia o andamento das coisas. Achava que não deviam antecipar-se àquilo que nem eles próprios ainda tinham definido,

apesar de, numa reunião que tinham feito com toda a administração do hospital e com as direções clínicas, eles estarem a estudar a organização do espaço, etc, e terem ideias claras sobre isso. Portanto, pensava que o que interessava seria acompanhar as propostas que eles próprios consideravam essenciais para o bom desempenho do seu trabalho. Achava que essa era a questão fundamental. Portanto, aquela era a primeira questão.

A segunda questão, a questão da Rua Sampaio Homem e Melo - não era Avenida de Angola, era Rua Sampaio e Melo e um bocado da Avenida de Angola -, era uma reivindicação muito antiga dos moradores daquela zona. Tinha feito uma intervenção muito forte na Avenida de Angola, no interior e naquela zona, até à zona que descia, e aquilo tinha ficado muito bem e tinham outras intervenções para fazer naquela zona. A Rua Sampaio Homem e Melo tinha-se tornado um problema complicado, porque não tinha um passeio capaz para as pessoas. Era, talvez, a rua daquela zona de que as pessoas mais reclamavam. Tinha um problema complicado, quem tinha feito aquele passeio tinha colocado as árvores no centro do passeio. Portanto, o passeio não tinha espaço nem à esquerda nem à direita das árvores e, pior do que isso, do lado daquele terreno disponível que lá estava por urbanizar, tinha esborado o passeio todo. Portanto, aquilo não tinha passeio, não existia.

Tinha avaliado a necessidade de terem um passeio capaz para as pessoas e, nesse sentido, não havia condições de ir “comer” o terreno privado nem para ir “comer” mais estrada. Tinha avaliado com os serviços aquelas árvores e tinha avaliado a hipótese de as transplantar ou de outras medidas. Tinha-se verificado que elas iam morrer – era o parecer técnico que tinha - nesse processo de transplante e muitas delas até já estavam cortadas havia tempo, já lá não estavam havia muito tempo.

Então, tinha-se decidido fazer um passeio “clean”, integral, e fazer uma plantação de árvores, uma cortina de árvores, ao lado do passeio, dentro do terreno que iria ser urbanizado. Então, o que é que iria acontecer? Todas as árvores que iam ser cortadas e outras que já estavam cortadas e outras que não existiam iam ser colocadas em fila, ao longo de toda a rua até ao cruzamento lá em baixo.

Tinha ponderado muito isso, sabiam que havia pessoas que iam levantar o problema, mas era preciso decidir e resolver. A ideia de transplante tinha surgido, mas tinha-se verificado que elas não iam resistir, até pela idade que tinham e pelo porte que tinham, não iam resistir. Não eram propriamente oliveiras, que tinham outro tipo de resistência e outro tipo de trabalho. Portanto, tinha sido a opção que lhes tinha parecido melhor. Aquela obra já devia ter avançado há algum tempo. Tinha andado com alguma discussão à volta disso, mas tinha decidido avançar e estava a avançar.

O que podia dizer ao senhor Vereador Joel era que tinha sido essa a opção que tinham tomado e que, a quem colocasse a questão das árvores, iam responder com toda a clareza das razões porque elas iam sair dali, mas, também, com a informação clara de que iam fazer uma plantação de árvores, mais aquelas que lá estavam fora do passeio. Portanto, resolviam dois problemas, mantinham as árvores e resolviam a circulação das pessoas e a mobilidade das pessoas naquela zona, que era uma questão antiga.

Posto isso, só queria deixar uma nota sobre a questão da pandemia, dar uma nota de alguma preocupação, não era de alarme mas de alguma preocupação com o seguinte: Estávamos com 101 infetados por 100 mil habitantes e estávamos com RT 1,3. Isso colocava uma questão complicada, na medida em que tinham feito uma simulação técnica que apontava para estarmos à volta dos 240 dentro de 15 dias, o que implicaria, se se repetisse esse número, medidas de retrocesso, em relação, sobretudo, à nossa área económica.

Tinha reunido, na véspera, a Comissão Sanitária da Comissão Municipal de Proteção Civil, onde estava a saúde pública, o ACES Arrábida, as forças de segurança, a Segurança Social, a Câmara e outras entidades. Tinha tentado perceber qual era a raiz desse crescimento, que tinha sido de 20 para 60 em 15 dias e de 60 para 100 em menos de 15 dias, numa semana, e a perspetiva era continuar a crescer. A informação que tinha era que a situação estava acompanhada e controlada e referia-se, sobretudo, a convívios familiares. Portanto, não tinham, naquele momento, em Setúbal, apesar desse crescimento, uma infeção comunitária. Não existia. Existiam famílias que estavam identificadas e resultava de convívios

familiares - tinha sido assim que tinha sido dito pela saúde pública - e de alguns convívios familiares e de amigos. Portanto, tinha-se criado um ambiente de que *“a malta está vacinada, isto recuou, etc, vamos conviver, vamos conversar”* e a situação estava a ser por aí. Mais de 90 e tal por cento dos casos eram de convívios familiares e de amigos.

Depois, também tinham casos pontuais em escolas, que tinham um impacto grande no isolamento profilático. Tinha situações em que uma criança podia levar a 50, 60, 70, 80 ou até 100 pessoas em isolamento profilático. Não tinham surtos nas escolas, tinham casos pontuais, mas tinham já mais de 400 crianças em isolamento profilático, decorrentes desse contacto de risco, mas sem infeção, só em isolamento.

Havia uma outra matéria que também tinha que ver com os convívios, também, que eram os restaurantes. Havia uma grande preocupação com o cumprimento por parte dos restaurantes, por um lado, e, por outro lado, dos utilizadores dos restaurantes, os clientes, pelas regras sanitárias, porque grande parte dos convívios também se faziam aí. Tinha feito um apelo particular, à PSP, para fazer esse esforço de fiscalização e equacionavam a hipótese de fazer uma campanha de comunicação, não da Câmara, de aconselhamento da Câmara, mas de procurar que os nossos parceiros da saúde e das forças de segurança pudessem eles próprios falar e dizer as recomendações que eram necessárias serem feitas, etc. Jam ver se era possível acalmar um bocadinho aquilo, visto que o pessoal estava convencido que a coisa já tinha passado.

Não tinham ninguém no hospital e, naquele momento, tinham 6 pessoas, que eram as camas reservadas para aquela fase, estavam todas, o que queria dizer que a questão hospitalar podia complicar e, só para deixar uma nota de atenção, tinham uma ou outra pessoa muito nova com problemas. Tinha tido um caso gravíssimo de uma pessoa muito nova, o que queria dizer que essa história de que *“a malta nova não há problema”*, podia haver mesmo e estava a haver. Portanto, era outra questão que queria deixar clara.

Um dado positivo era que no nosso concelho já estavam vacinadas 50 mil pessoas com a primeira dose e cerca de 20 mil com as duas doses, portanto, somando as pessoas que tinham tido COVID, etc, tinham uma série de gente imunizada. Estava em preparação a abertura do Centro de Vacinação de Azeitão, que estava pronto. Fisicamente, estava pronto. Já havia parecer positivo da saúde ao espaço. Só faltava, mesmo, a equipa médica e de enfermagem e estava para breve.

Havia um dado que lhe parecia, também, relevante, era que, no processo de testagem dos trabalhadores da Câmara que estava a ser feito de forma a ser cíclico - de 3 em 3 semanas todos voltarem ao teste -, tinham sido testados até ao dia anterior 750 trabalhadores e tinha havido um caso positivo identificado, que era assintomático e tinha sido, imediatamente, resolvido esse problema.

Havia um trabalho muito sereno, muito cuidado, muito atento, mas era preciso que houvesse o correspondente - e pensava que estava a haver - comportamento das pessoas, mas havia os núcleos familiares e os núcleos de amigos que estavam a complicar tudo. Um dado muito positivo era não terem nenhum surto em lares. Tinha um caso de uma pessoa num lar e todos os lares estavam, naquele momento, sem surtos e estava tudo sob controlo. Portanto, era um dado muito bom e muito positivo da situação que tinham naquele momento.

Era essa nota que queria deixar, para trazer à Câmara essa informação, naquele momento em que havia uma viragem para uma ligeira subida, e, no fundo, fazer essa chamada de atenção.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que, relativamente à questão da obra, o vereador já tinha explicado muito bem a questão das árvores, mas não queria, também, deixar de o fazer, porque tinham oportunidade de falar desse assunto, quais eram os procedimentos que a Divisão de Espaços Verdes tinha relativamente à questão das árvores. Para eles, era uma questão muito cara. Era um património muito grande que tinham na cidade. Segundo o inventário que tinham feito, só em meio urbano - não estava a falar da parte rural nem da parte da serra - tinham mais de 26 mil árvores urbanas, ornamentais, o que era um património muito significativo. Tinha, praticamente, uma árvore por cada quatro municípios,

o que também era um património muito relevante. Portanto, cada vez que tinha que haver um abate de uma árvore tinham que equacionar bem todas as questões. Inclusivamente, como o vereador tinha dito, havia muitas espécies que eram mais fáceis de transplantar do que outras. Por exemplo, tinham tido uma experiência muito interessante e que tinha corrido muito bem, porque elas estavam lá de boa saúde, que tinha a ver com o olival que tinham trazido de Azeitão e que tinham transplantado para a Várzea. Tinha conseguido fazer a recuperação daquelas árvores todas, que, noutra situação, poderiam estar em risco. Tinha outras situações em que, às vezes, no decorrer das obras, conseguiam transportar, mas era um processo muito difícil. Era um processo muito difícil, porque, quando as árvores já estavam com um porte razoável, eles não conseguiam proteger as raízes de maneira a que, quando faziam o transplante, depois elas voltassem a fixar-se. Era mais fácil com algumas espécies e também era mais fácil quando as árvores eram mais jovens.

Lembrava, por exemplo, que tinham tido algumas árvores quando tinham feito a obra da estação, onde já estava praticamente concluído o terminal. Tinha havido algumas daquelas árvores que lá estavam - não sabia se se recordavam, tinha aquele espaço verde - e, muitas dessas árvores, tinham conseguido transplantá-las em vários sítios e tinham conseguido tratar delas e outras não tinham conseguido. Mas podia dizer que, nesse espaço, a maior parte delas tinham tido transplante com sucesso, porque ainda não tinham aquele porte muito grande, como era o caso dessas.

Também no Bairro do Liceu, queria dar essa indicação de que em toda essa zona havia um número enorme de choupos e de plátanos, que eram árvores que não eram adequadas para o espaço urbano. Tinha imensas reclamações que tinham a ver com as raízes das árvores e com a questão do "algodão". Sabiam bem que a questão do "algodão" já estava expressa pela Sociedade Portuguesa de Alergologia que não era o principal causador, mas causava incómodo e estavam a tentar, paulatinamente, reduzir essas árvores.

Era isso que estavam a fazer nesse espaço. Não valia a pena estar a transplantar, às vezes, certas espécies, porque elas nem deviam ter inicialmente sido plantadas nalguns sítios. Portanto, o plano de arborização deles tinha essa preocupação de, sempre que havia a possibilidade de substituir - também nem sempre era possível, tendo em conta as infraestruturas -, procurar as espécies que fossem mais adequadas. Era o que iria ser feito nessa obra, com, depois, a substituição e a plantação de novas árvores.

Sra. Presidente – Disse que iam àquilo que interessava. Não sabia para que era tanta explicação, não era nada disso que o Vereador Joel queria dizer. O Vereador Joel queria dizer, com um ar muito pedagógico, que "o futuro está aí" e que eles fariam de forma diferente. Fariam, porque esperava bem que não fizessem, porque, para haver futuro e para haver presente, era preciso nunca esquecer o passado. Na Rua Homem Sampaio e Melo havia uma data de árvores que tinham estragado um passeio muito reduzido, que o Partido Socialista tinha plantado "à maluca", uns anos atrás. O que era preciso era plantar umas árvores "à maluca" e que essas árvores crescessem rapidamente, para fazerem um brilharete, especialmente em vésperas de eleições. Portanto, não se escolhia, como, naquele momento, faziam, o tipo de árvores, se aquilo tinha raízes que vinham para o passeio, que vinham para a estrada. Não, tinha de ser rápido.

Tinha contratado o nosso chefe de divisão atual, o Eng.º Sérgio Gaspar, para, à força, "ponham aí árvores, pá, porque a gente precisa de ganhar as eleições." Decorria, então, o ano de 1997 e tinham sido um ano antes postas centenas de árvores "à maluca", que muitas dessas, algumas centenas, já tinham tirado, ou porque tinham crescido tão rapidamente que tinham entrado pelas casas das pessoas ou porque eram daquelas carregadinhas de "algodão", como a senhora vereadora, muito pedagogicamente, tinha esclarecido. Tinha impressão que não tinham plantado uma em 20 anos, porque escolhiam e porque perguntavam a quem sabia que tipo de árvores se punha lá. Demoravam mais a crescer? Pois, demoravam, mas eram árvores com responsabilidade.

Portanto, tinham sido postas "à maluca". As raízes iam para dentro das vivendas, das casas das pessoas, e tinham que ir reparar. Ao pé da Gâmbia, tinham tido que ir reparar muros,

tinham tido que ir fazer casas de banho novas às pessoas, tinham tido que tirar os tais “algodões”, porque quase que lhes batiam: *“Porque eu tenho a alergia tal e tal e vocês são uns malandros, não sei quê, não sei quantos.”* Era isso que era preciso informar.

O Vereador Joel ou o Partido Socialista não tinham vindo perguntar, quando tinham sido tirados os outros coutos. Pensava que agora é que tinham reparado - porque, agora, *“vem aí o futuro”* -, que estavam a falar desses coutos, mas não, desses coutos não se tinha ouvido nenhuma palavra, não se tinha ouvido nada, porque eram os coutos de árvores que tinham sido retiradas, que tinham partido os passeios todos na Rua Homem Sampaio e Melo, porque, para as pessoas passarem, tinham que ir para a estrada. Tinha ficado lá os coutos, infelizmente, porque era na semana a seguir e no mês a seguir ia-se começar a obra e, depois, tinha ido para a junta de freguesia. Ia-se começar e não se tinha tirado o resto dos coutos.

Naquele momento, a obra estava a ser feita e tinha sido preciso tirar os coutos. O Partido Socialista nunca tinha perguntado porque é que tinham tirado essas árvores e não as tinham plantado noutro sítio. Naquele momento é que vinha a pedagogia, porque estavam a quatro meses de eleições. Não era porque alguém estivesse preocupado com isso, era porque estava preocupado com o futuro que vinha aí. Lagarto, lagarto, com o futuro que não viria aí, porque esse futuro não queriam mais em Setúbal. Esse futuro, que haviam de pôr aí, bem explanado, nas redes sociais todas, não queriam mais em Setúbal.

Essas árvores faziam parte daquele futuro que não queriam em Setúbal. Era só para explicar que essa não era uma pergunta ingénua. Aquilo não era uma preocupação com as pessoas: *“Pois, porque é que não tiraram estas, não puseram ali e tal?”* Agradecia a preocupação tão ingénua, mas, como já estava ali há mais tempo, já tinha mais idade e tinha outra experiência que não a Vereadora Carla Guerreiro, tinha que responder assim, porque sabia como é que tudo tinha acontecido. Sabia quem é que tinha sido contratado para fazer aquela revolução de árvores, de verdes, na cidade. No mandato anterior já não tinha “colado”, mas, em 1997, tinha sido assim, “à maluca”, era preciso era fazer.

Quanto ao Vereador Nuno Carvalho, era claro que só acreditariam naquilo quando estivesse a obra a andar mesmo - o que significava estaleiro, empreiteiro -, porque o documento conjunto dava muito jeito a quem estava a candidatar-se à Câmara. Tinha tantos carris, até tinha sido jeitoso que não tivessem sido eles a comentar, porque, com certeza, o que lhes tinham pedido, naquele dia, no hospital - porque, se calhar, esses sim, ingenuamente, não sabiam bem os meandros, ou saberiam, mas tinham-lhes dito *“olhe, vai acontecer isto e diga lá tal”*. Claro que sabiam. A Presidente da Câmara é que pintava o cabelo? Estavam a brincar com isso? O candidato do Partido Socialista sabia bem as ligações e a candidata à Assembleia Municipal sabiam bem as ligações. Portanto, era preciso trazer um papel. O que é que interessava o papel? O despacho conjunto ainda não tinha chegado cá e, quando chegasse, eles ficavam todos contentes e haveria de ser no próximo mandato. Esse, sim, é que iria ser mais importante para Setúbal. Haveria de ser no próximo mandato, se viesse a ser.

Se não, vissem o aeroporto do Montijo: Quando estava em cima das eleições, fossem legislativas e, especialmente, autárquicas, que dava *“um jeitinho do caraças”*, o aeroporto do Montijo ou já tinha autorizações e despachos, ou, então, tinha passado aquilo tudo e: *“É pá, afinal é melhor fazer mais um estudo de impacto ambiental, mas uns milhõezitos, e mais isto e mais aquilo e mais o outro.”* Era assim, de uma forma simples, para o povo perceber. Isso tinha que ser dito, desmascarando, de uma forma simples e clara, para as pessoas perceberem: *“Show-off”*, campanha eleitoral autárquica.

Esse documento haveria de cá chegar. Só acreditaria - e já tinha dito ao vereador - quando o estaleiro estivesse lá, montado. Já lhe tinham dito, relativamente à obra, coisas mais adiantadas, que nem tinha dito ao senhor vereador, porque não acreditava nelas e tinha dito, logo, ao Dr. Roque: *“Dr. Roque, não acredite no Pai Natal. Você já tem a minha idade, não acredite no Pai Natal.”* Tinha vindo dizer aquilo do despacho, mas o resto não iria dizer.

Portanto, era *“show-off”* político, partidário, do Partido Socialista, que pretendia um futuro que eles não queriam nesta terra, porque o futuro desta terra tinha sido aquele que se tinha

construído nos últimos anos aqui, porque o outro futuro haveria de ser bem visionado, para as pessoas não se esquecerem do futuro que aqui se tinha passado, em instituições, bem perto, e na Câmara Municipal, no Município. Era isso que se passava. Esse era o caminho.

Relembrava, ainda, que, no mandato anterior, tinha sido prometida à Câmara Municipal de Setúbal, no âmbito da modernização do Porto de Setúbal, a requalificação da Estrada da Mitrena. A requalificação dessa estrada, que deveria ter acontecido há muitos anos, porque estavam ali perante um perigo público, naquela estrada. No dia 10 de Junho, o senhor Primeiro-Ministro, então José Sócrates, e o senhor Ministro das Obras Públicas, o “*jamais*”, que perguntava porque é que não estava aquela obra já aberta. Perante o Presidente da República, tinha sido dito que a obra iria andar, decorria, então, o ano de 2007.

No final do anterior mandato, tinham 2 milhões e tal de euros, para, rapidamente, começar aquela obra da Mitrena. Tinha decorrido um ano, tinha decorrido outro e já não tinha conta as vezes que tinha ido ao IP, às Infraestruturas de Portugal, perguntar: “*Quando é que começa a obra? Quando é que não começa a obra?*” Qual não tinha sido o seu espanto quando foi chamada pelo senhor Secretário de Estado Carlos Miguel, para pagarem a obra toda, que eram 5 milhões e tal, para porem no PRR a obra. Pois, o senhor Secretário de Estado, afinal, já lhe tinha dito: “*Olhe, afinal, tiraram-me o dinheiro do PRR.*” Aquilo era escandaloso, mas, com eles, não era tanto as autárquicas, não era bem para a praia deles. Portanto, não iria sair nenhum despacho conjunto relativamente àquela obra.

Seria a Presidente da Câmara que iria fazer alguns despachos na comunicação social relativamente àquela obra, e dar a conhecer relativamente ao despacho do hospital e a outros despachos. Iriam dar a conhecer, paulatinamente.

Portanto, respondendo à questão, a questão já tinha sido respondida, muito politicamente correta e calma, pelo Vereador Carlos Rabaçal - nem o estava a reconhecer -, e, relativamente à parte pedagógica da arborização, com milhares de árvores que já tinham sido plantadas nos últimos 20 anos, pela Vereadora Carla Guerreiro. Só que aquilo “*enchia*” e só não via quem não queria. Portanto, o Partido Socialista claro que via e, colegas do executivo, colegas, amigos, camaradas, abrissem os olhos. Abrissem os olhos, porque o futuro não chegava cá. Abrissem os olhos e fizessem o favor de estarem ao nível da resposta, porque aquilo era inadmissível. Tudo o que fosse dali para a frente era inadmissível.

Se tivesse sido um vereador qualquer a fazer essa pergunta ou a colocar essa pergunta, que não o Vereador Joel, que tinha muitos anos da coisa, teria dito: “*Se calhar está mesmo numa de pedagogia: “É pá, tirem dali aquela árvore e tal.”* Estavam a falar de choupos ou de plátanos, as árvores que estavam lá, que eram, até, mais que quatro e que ocupavam o passeio todo. Eram uns choupos, salvo erro, e essas quatro também achava que seriam choupos. Como se aquilo se transplantasse para algum lado... Ou não conhecia a arboricultura, não conhecia minimamente, ou essa ingenuidade não colava, vinda do Vereador Joel ou vindo de outro membro qualquer do Partido Socialista. Não colava, mas, se estivesse ali um vereador que não viesse em substituição da vereadora eleita, que não tivesse essa experiência, essa “*ratice*” - estava a dar um elogio -, a vereadora tinha explicado e a Presidente da Câmara teria ficado calada, porque o vereador não teria tido segundo sentido. Agora, vindo do senhor vereador era claro que teria que levar a resposta. Tinham que ir dando resposta dia a dia.

Os presentes sabiam que tinham sido feitos crimes urbanísticos do tamanho do mundo. Estavam todos identificados. Pensava que muitas destas coisas já tinham sido resolvidas, tinham aberto estradas e, em relação a uma que estava impedida, tinham feito isto e aquilo e tinham ido resolvendo. Já havia muito tempo que não havia queixas e tinham dito: “*Pronto, está resolvido.*” Na véspera, tinha recebido um senhor, proprietário de um terreno, que queria fazer um prédio de cinco ou seis andares, num bocado de um jardim que tinha sido ocupado pela Câmara para fazer ali um jardim. Tinha-lhe dito: “*Peço desculpa, se este bocado do jardim foi feito, isto é fácil. Se foi feito no seu terreno, isto retira-se já.*” “*Não, não. Está bem, vocês retiram este bocado de terreno mas o resto é para eu construir um prédio de 5 ou 6 andares.*” Olhava para aquilo, para a oadorneta e para o alvará de loteamento: “*Isto, aqui, não se pode construir mais do que um piso, rés-do-chão e 1.º andar.*” “*Ai, pode, pode.*” “*Ai, não*

pode, não.” Sabiam que o prédio do lado não podia ser construído com mais de um piso. Claro que, depois, tinha ido investigar tudo. Não podia ser construído mas estava lá, construído. O senhor dizia: *“E agora?” “Eu não posso autorizá-lo, não é? Só fazendo a alteração do alvará de loteamento.”* Mas aquele prédio tinha sido feito e tinham sido emitidas as licenças em 1998/99.

Todos os dias era aquilo. Pensava que aquilo já estava banido, mas aquilo era o futuro. Aquilo era o futuro da nossa terra. Agora, para regularizarem, ou deitavam o outro prédio abaixo, ou tiravam mesmo até ao primeiro andar, tiravam as janelas e as varandas, porque o terreno daquele senhor, como era para construção, tinha que ter um prédio ao lado com a empena cega, para encostar, porque não podia ter lá nada. Portanto, como aquilo tinha janelas e varandas, tirava as janelas e as varandas, porque aquilo estava ilegal, ou deitava o prédio todo abaixo. Mas alguém tinha passado uma licença de construção e aquilo continuava lá, mal feito.

Iria chamar aquela gente toda daquele prédio, para dar conhecimento, para ver se as pessoas sabiam daquilo, para dizer que iria atirar aquele prédio abaixo. Só para saberem quem eram os responsáveis. Como é que, juridicamente, resolviam aquilo e como é que tinham tido a licença. Isso era o futuro de Setúbal.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, relativamente àquela questão, não se queria adiantar muito, achava que não valia a pena. De qualquer das formas, a notícia tinha vindo acompanhada de uma declaração, pelo senhor Vereador Ricardo Oliveira, de que tinha o PCP, na Assembleia da República, que tinha feito a pressão, politicamente, para que aquele passo fosse dado. Portanto, não eram eles que estavam, ali, a fazer política. Tinha havido um aproveitamento que achava, até, legítimo.

Sra. Presidente da Câmara – Disse que tinha sido o PCP que, para viabilizar o Orçamento, tinha exigido do PS esse compromisso. Tinha sido isso.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse, só para clarificar, que não tinham sido eles que tinham trazido a notícia. Tinham acolhido bem e com agrado, como tinha dito o senhor Vereador Carlos Rabaçal, num tom que registava, a que a Sra. Presidente já tinha feito referência: *“Calma, que o importante é o passo ter sido dado.”* Não importava o processo. O processo tinha sido de todos. Todos tinham tido o seu contributo, certamente. Não iriam tirar dividendos políticos disso, porque não lhes interessava se era o futuro ou se tinha sido o passado. Não estava, ali, a fazer esse tipo de intervenção.

Havia outra coisa que queria perguntar à Sra. Presidente, porque já era a segunda vez ou a terceira que fazia referência a uma instituição aqui bem perto. Como representava, também, uma instituição aqui bem perto, ficava sempre na dúvida, quando a Sra. Presidente olhava para a sua bancada e se referia a isso. Se havia alguma gestão danosa de alguma instituição aqui bem perto a que ele estivesse associado, agradecia-lhe. Não estava ali nessa qualidade, não era essa a qualidade em que estava ali. Estava ali enquanto vereador, mas ficava sempre com essa dúvida: *“Será que se está a referir a alguma coisa da minha instituição? Da minha, porque eu faço parte daquela instituição?”*

Gostaria que a Sra. Presidente esclarecesse, porque também não se sentia confortável naquela condição, de responsável por uma instituição aqui bem perto, quando a Sra. Presidente se referia a ela nesses termos.

Sra. Presidente – Disse que aqui bem perto o Partido Socialista, que o povo todo sabia, mas ainda não era a hora para dizerem declaradamente. O senhor vereador sabia, queria que ela dissesse isso declaradamente, mas não lhe iria dar esse prazer naquele momento. Era para ir devagarinho.

Sr. Vereador Jool Marques – Dico quo, começando pelo final da intervenção da Sra. Presidente, queria dizer-lhe que, relativamente a crimes urbanísticos ou de outra índole,

aqueles que tivessem cometido, deveriam ser, naturalmente, comunicados ao Ministério Público e às entidades competentes. Não tinha absolutamente nada a opor. Aliás, que tivessem sido cometidos desde sempre e até àquele momento, fosse por quem fosse. Portanto, quanto a isso, era um entendimento da sua bancada, que não iria, naturalmente, diferir do futuro.

Depois, registada a preocupação da Sra. Presidente com o próximo ato autárquico, que era, naturalmente, uma preocupação dupla, na verdade. Queria agradecer a lição de história e dizer-lhe que, quando olhavam para aquele executivo, já que a Sra. Presidente tinha remontado a sua intervenção a 1996/97, queria dizer-lhe que, pelo menos ele, em 1996/97, ainda não tinha, sequer, idade para votar, o Vereador Nuno Carvalho, idem. Acreditava que o Vereador Pedro Pina e a Vereadora Carla Guerreiro também estivessem na mesma condição. Não sabia se estaria a fazer um elogio ou se fosse estava a constatar um facto. Portanto, esses compêndios de história a que a Sra. Presidente, quando se sentia um bocadinho mais nervosa e quando começava a sentir o chão a fugir-lhe um bocadinho debaixo dos pés, costumava utilizar, por esse andar, qualquer dia, estariam a falar do tempo em que o sol girava à volta da Terra e em que havia um Adamastor no Cabo das Tormentas, que agora era da Boa Esperança.

Portanto, registava a lição de história que ali lhes tinha querido transmitir, mas deixasse-o dizer-lhe que nem as pessoas que estavam naquela bancada nem aquelas que ali se tinham sentado no regime de substituição e de rotatividade, que aquela bancada tinha adotado, tinham exercido qualquer tipo de função executiva, nem no passado longínquo nem no passado recente, nem, com franqueza, lhes parecia que a comparação com os roedores, a "ratice" a que se tinha referido, fosse chamada para o assunto.

Era, efetivamente, uma preocupação, mas tinham registado na cidade, tinham acompanhado na cidade, uma certa desarborização, pelo menos de árvores de grande porte. Umas, naturalmente, eram espécies que não eram adequadas e que, enfim, tinham assumido grande porte porque tinham sido plantadas, efetivamente, havia muitos anos, não tinha sido nos anos mais recentes, outras, que não estariam saudáveis e, portanto, tinham tido que ser abatidas, mas a questão tinha sido colocada - e tinha sido bem respondida, quer pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, quer pela senhora Vereadora Carla Guerreiro -, precisamente, no sentido de perceber, se, efetivamente...

Não era especialista em silvicultura, de todo, não era a sua área. Aliás, diria que a maior parte dos vereadores ali presentes não teria essa especialização, também. Portanto, tinha colocado a questão no sentido de perceber - desde logo, não sabia se a espécie seria adequada, ou não, mas a verdade era que ela lá estava e que a árvore lá estava plantada - se teria sido possível transplantar, ou não - tinha sido esclarecido que não, que não era adequado, quer, primeiro, atendendo à possibilidade de sobrevivência da planta, tinha sido essa a primeira justificação que tinha sido apresentada, e, depois, pela Sra. Presidente da Câmara, atendendo àquilo que era a espécie em causa. Estava esclarecido e, portanto, não via nisso absolutamente nenhum motivo de preocupação, mas registava a preocupação da Sra. Presidente.

Sra. Presidente – Disse que já tinham cortado as outras havia mais de 2 anos, as outras que estavam lá ao lado dessas.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que as outras que estavam lá há mais tempo tinham sido cortadas há mais tempo. Não tinha estado ali nessa altura, estava ali naquele momento, na semana em que tinham sido cortadas mais quatro e tinha colocado a questão. A questão tinha sido respondida e agradecia a resposta.

Sra. Presidente – Disse que o que convinha era ir sempre esclarecendo. Era o que dizia aos seus camaradas, tinha que se ir esclarecendo. Só a Presidente da Câmara é que tinha visto o prejuízo que aquelas árvores davam, não? Aproximava para dizer que, só na Várzea, tinham sido plantadas mais de 700 árvores.



Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que era uma informação que queria deixar na reunião da Câmara. De qualquer forma, agradecia o simpático elogio do Vereador Joel, mas já votava em 1996 e cria que com a sua colega Carla isso também já acontecia. Mas agradeciam, certamente, a simpatia dessa jovialidade que lhes tinha atribuído.

Queria, antes de passar a uma informação muito rápida, só, sucintamente, dar uma nota de que continuava a acreditar que, naquelas funções que todos ali exerciam, embora com as diferenças de com ou sem pelouros atribuídos, havia uma matéria que lhes era comum a todos, que era o sentido de responsabilidade que tinham sobre a informação que prestavam aos nossos concidadãos, em particular no exercício daquelas funções, aos munícipes de Setúbal.

De facto, achava o que terem falado da circunstância que decorria do Hospital de São Bernardo e da questão das árvores, parecia-lhe que eram dois que tinham bastante em comum, até, porque, aquilo que achava que, com muita diplomacia, o Vereador Ricardo Oliveira quis ali trazer, foi o chamado *“cortar o mal pela raiz.”* E o *“cortar o mal pela raiz”*, de uma forma muito diplomática, era dizer ao Vereador Fernando Paulino que aquilo que tinha sido tentado, de uma forma muito pedagógica, ser enunciado, tinha sido que, efetivamente, o Partido Socialista, ao longo de várias reuniões da Câmara, interpelado, em particular, pelo Vereador Ricardo Oliveira, não tinha sido capaz, em momento algum, de responder com frontalidade e objetividade à questão que lhe tinha sido dirigida. Até porque, em outros momentos, sabendo que as coisas eram distintas, o próprio Partido Socialista tinha sabido e tinha querido demonstrar ali a sua independência, no sentido dos superiores interesses dos setubalenses. Cria que não haveria ninguém naquela sala, desde o Vereador Nuno Carvalho a todos os vereadores presentes, aos vereadores do Partido Socialista, que não tivesse interesse e que não se empenhassem em que a obra em causa acontecesse o mais rapidamente possível.

Uma outra coisa, que tinha sido sempre aquilo que tinha estado ali presente, até porque algumas das declarações estavam registadas e eram públicas, da parte de alguns dos eleitos do Partido Socialista, sobre a incongruência das mesmas declarações e o anúncio da inscrição em Orçamento de Estado, por parte dos Orçamentos de Estado do Partido Socialista, sobre as intervenções no Hospital de São Bernardo. Por isso, achava que era correto. Aquilo que o Vereador Ricardo Oliveira lhes tinha trazido ali tinha sido, uma vez mais, tentar *“cortar o mal pela raiz.”* Esperavam que assim fosse e esperavam que, rapidamente, vissem a intervenção anunciada havia muito tempo e esperada por todos os setubalenses e por todos aqueles que o Hospital de São Bernardo servia, a concretizar-se. Aliás, sobre essa matéria, o mesmo tinha acontecido sobre a desresponsabilização e a falta de investimento no que dizia respeito aos centros de saúde e o arrasto sistemático, mandato após mandato, legislatura após legislatura, sobre essa matéria e o compromisso, inclusive, assumido por parte dos diferentes governos e dos ministros com a pasta da Saúde.

A informação que queria prestar na reunião da Câmara era que se tinha realizado naquele dia, durante o período da manhã, a reunião plenária do Conselho Local de Ação Social de Setúbal. Trazia essa informação para, de uma forma muito sumária, informar os senhores vereadores e as senhoras vereadoras de que tinha sido foi eleito o novo Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social. Esse núcleo executivo era constituído por seis entidades, onde tinha, por inerência, lugar a Câmara Municipal de Setúbal, o Centro Distrital de Segurança Social e tinham ainda sido eleitas, por parte dos parceiros reunidos em plenário, a Rede Europeia Anti-Pobreza, a SEIS, a ACM-YMCA, a Associação de Professores e Amigos do Casal das Figueiras e a Associação de Socorros mútuos.

Essa eleição tinha-se realizado durante o período da manhã. Era um desafio enorme, também, que se colocava a essas instituições, considerando os desafios que tinham pela frente, nomeadamente o acompanhamento e todo o trabalho que decorreria, certamente, de um novo quadro a que iriam assistir muito em breve, no que dizia respeito à própria doscentralização de competências.

Quería deixar também uma palavra àqueles que deixavam de exercer essas funções - ao Centro Comunitário de São Sebastião e ao Instituto das Comunidades Educativas -, mas, certamente, com a disponibilidade demonstrada por todos os parceiros presentes na reunião plenária, de uma colaboração estreita, nomeadamente no âmbito da reconstrução do Plano Diagnóstico que estava a ser desenvolvido no quadro da própria rede social e do trabalho de parceria, sempre tão importante, sobretudo no que respeitava à coesão social e territorial, para o nosso município.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que queria dar uma informação que tinha acabado de acontecer, que achava bastante relevante. Naturalmente, não pedia aos senhores vereadores, do Partido Socialista, que comentassem naquele momento.

Informou que o Partido Socialista tinha votado contra o projeto de solução, proposto pelo PSD, que recomendava ao governo a constituição de uma NUT III, andavam aos “zig zag”. O PCP não tinha votado contra.

O Partido Socialista tinha acabado de votar, na Assembleia da República, contra o projeto de solução, proposto pelo Partido Social Democrata. O Partido Socialista não tinha nenhum projeto de solução colocado sobre aquela matéria, todos os outros partidos tinham, o Partido Socialista não tinha e, tinham acabado de votar contra esse projeto de solução, que propunha a constituição de uma NUT III. Tinha sido o único partido que tinha votado contra.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que era só para fazer um reparo. Como tinha sido feita referência à votação, na Assembleia da República, do Partido Socialista, relativamente à proposta do PSD, queria dizer que tinham votado a favor a proposta da CDU, por entenderem que vinha de encontro àquilo que eram os compromissos assumidos pelo Governo, relativamente à criação da NUT II, coisa a que o PSD nem sequer tinha feito referência. Havia sempre uma razão para as coisas acontecerem. Tinha recebido a informação de que tinha sido essa a razão pela qual tinham votado contra e bem, mas isso poderia ser motivo de discussão numa próxima reunião da Câmara.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, em primeiro lugar, isso demonstrava que o Sr. Vereador Fernando Paulino não sabia o que estava na proposta de resolução do PSD, porque, senão, já o teria dito no ponto de informações.

Em segundo lugar, revelava, duplamente, porque os projetos pediam exatamente a mesma coisa, que era a constituição da NUT III.

Em terceiro lugar, não dizia porque é que votava contra a NUT III.

Em quarto lugar, que os senhores do PS queriam agradecer ao PCP já bem sabiam, porque tinham medo de perder a força no poder. Ainda bem que havia partidos que os obrigavam a fazer alguma coisa como devia ser. Pelo menos, que fosse o PCP.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que só tinha feito essa referência porque também tinha sido feita pelo Vereador Nuno Carvalho e tinha achado por bem, também, dar um esclarecimento.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 158/2021 – Proposta n.º 12/2021 – GAP – Contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Setúbal para a AML na área dos transportes públicos de passageiros – Aditamento

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 e 11.

Sr. Vice-Presidente – Disse que gostaria que ficasse para conhecimento dos presentes e, para memória futura, que estavam ali, a ter que tomar uma deliberação, que ia para além do quadro orçamental previsto na lei de finanças locais. O Tribunal de Contas pedia que cada município confirmasse a um prazo de sete anos, que era o prazo de vigência do contrato dos transportes coletivos de passageiros, quando a lei de finanças locais tinha uma previsão plurianual de cinco anos, 1+5 e isso devia-se a uma falha grave de decisão política do Partido Socialista, do governo atual. Porque insistia em não assegurar o futuro, aquilo não era “*blague*” era assim mesmo, e a sustentabilidade financeira dos contratos de transportes coletivos de passageiros, com a previsão de uma norma no Orçamento de Estado, ou um diploma autónomo, que fixasse definitivamente o sistema de financiamento do PART, dos passes sociais e dos contratos dos transportes coletivos. Estava a fazer aquilo, ano a ano, com a inscrição de uma solução, que era provisória, na lei do Orçamento de Estado e isso estava mal feito. Já tinha rejeitado duas vezes propostas do Partido Comunista Português, para fixar, já em dois orçamentos, uma regra definitiva para o financiamento, para que se soubesse qual era a fonte de financiamento para que o sistema de transportes ficasse dotado dos meios necessários para se manter, durante pelo menos o período do contrato que se ia iniciar, no final daquele ano. Era uma falha grave da política do governo e não podia ser mais ninguém, a não ser o governo, a supri-la.

Tinha deixado aquela nota para se perceber que assim o futuro era incerto e, era bom que o futuro não fosse incerto em matérias de importância social e ambiental, como aquela que ali estava.

Portanto, presentemente todos os municípios eram obrigados a aprovar uma norma, para além do seu horizonte orçamental, para garantir que da sua parte o compromisso estava assegurado. Mas faltava de facto o compromisso firme em norma do Orçamento de Estado, que não fosse provisório anualmente, num diploma que definisse as regras do financiamento dos transportes coletivos de passageiros. Aquilo tinha que ser feito, se não fosse no presente ano, teria que ser no próximo e enquanto não fosse o futuro seria sempre incerto.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 159/2021 – Proposta n.º 27/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2021/2022, ao abrigo do Lote 5 do Acordo Quadro AQ-CR-2018, da ESPAP – PAQ n.º 1062/2021/DITEM – Consulta Prévia n.º 96/2021/DAF/DICOMP/SECOMP

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 a 14, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente pôs a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 160/2021 – Proposta n.º 28/2021 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Orçamento da Receita, 3.ª ao Plano de Atividades e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

h

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

4. Deliberação n.º 161/2021 – Proposta n.º 21/2021 – DURB/DIMOT – Conversão a via de “Sentido Único” da Rua Guerra Junqueiro e, na confluência desta com a Rua Principal Praias do Sado, colocação de “Proibição de Voltar à Direita e à Esquerda”

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 a 19, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 162/2021 – Proposta n.º 01/2021 – GVCR – Auto de transferência de competências e recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 37.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta se tinha desenvolvido e concretizado por autos de transferência, individualmente assinados, freguesia a freguesia, área a área transferida. Do conjunto das possibilidades de transferência que a lei conferia, em articulação com as juntas de freguesia, tinham optado por transferir aquelas áreas em que já tinham muita experiência na base de protocolos e na base de contratos interadministrativos. Tinham ficado de fora da transferência, com o parecer positivo das freguesias deles, a manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado nos espaços públicos, com exceção daqueles que fossem objeto de concessão, a utilização e ocupação da via pública, o licenciamento da fixação de publicidade comercial, autorização de colocação de recintos improvisados, autorização de realização de espetáculos desportivos, autorização de realização acampamentos ocasionais, autorização de realização de fogueiras, lançamento de queimas, artigos pirotécnicos, etc.

Tinha-se considerado que aquelas competências deviam ter uma lógica uniforme, no conjunto do município e que não deveriam ser transferidas e, as juntas tinham estado de acordo com isso. No caso concreto dos espaços verdes, tinham sido considerados espaços estruturantes os grandes jardins, os grandes parques, ficavam na gestão da câmara municipal, tal como a lei previa, em termos de possibilidade. Aquela proposta sendo aprovada, seria levada à Assembleia Municipal.

Para além daquela transferência, visto que a lei previa transferir só certas áreas, iam-se manter algumas outras áreas, em sede de protocolos e contratos administrativos, com as juntas de freguesia, de acordo com cada junta e de acordo com as necessidades da intervenção deles, junto da comunidade. Concretamente massas asfálticas, edifícios, cemitérios, sinalização, toponímia, calçadas, polos de biblioteca, postos de atendimento, etc. Para além da transferência que aquela lei previa, ia-se manter um conjunto de outros relacionamentos com as juntas de freguesia.

Lembrou que até à data, nos protocolos e contratos interadministrativos, os custos para o município, ou seja, o investimento feito através das juntas com o dinheiro municipal transferido, andava à volta dos quatro milhões e quinhentos mil, aos quais lhes tinham juntado

em média mais 10% do seu esforço próprio. Naquele momento tinham uma verba de cinco milhões novecentos e sessenta mil, à qual iriam juntar cerca de mais novecentos mil decorrentes de outros protocolos e contratos interadministrativos.

Naquele valor, agora integrado na transferência, havia também trabalhadores transferidos decorrentes das funções que a câmara deixaria de fazer. A câmara iria transferir verbas, trabalhadores, edifícios, meios e equipamentos afetos às áreas transferidas. Nas propostas e nos autos de transferência estava tudo devidamente discriminado e completamente claro.

Sra. Presidente – Disse que aquela não era uma proposta qualquer e era pena que ninguém dissesse nada.

Deu os parabéns às juntas de freguesia, que tinham feito um intensíssimo trabalho, em todos os mandatos, por isso atualmente, tinham uma cidade diferente, não tinham caminhado sozinhos, tinham caminhado também com eles. Saudou as juntas de freguesia, saudou o senhor Vereador Carlos Rabaçal e o Gabinete de Apoio às Freguesias, que não existia em quase câmara nenhuma, pelo menos na área metropolitana não conhecia, eles sempre tinham tido um gabinete de apoio às freguesias e o resultado estava à vista, aquela ligação muito forte, muito direta a tudo aquilo que acontecia nas juntas de freguesia, fossem elas da mesma cor política do executivo ou não. Estava presente o senhor Vereador Fernando Paulino, que podia testemunhar se assim era ou não, porque tinha sido Presidente de uma junta de freguesia e, sabia que a relação, quer na transferência do dinheiro, quer na relação pessoal de proximidade e de resolução dos problemas tinha sido igual à das outras. Atualmente tinham só uma freguesia que não era da CDU, mas o tratamento era igualzinho às outras freguesias da CDU. Tinha sido feito um trabalho extraordinário, no estudo, na procura de soluções de como iam tratar daquela transferência de competências. Tinha sido tratado igualmente por todos e, tinham sido dias e dias de trabalho, dias e dias de propostas, quer por parte das juntas, quer por parte do gabinete técnico, que acompanhava aquela área, quer por parte do senhor Vereador e também uma ou outra vez consigo, não mais que isso. Todas as reuniões tinham sido muito participadas, pelo senhor Vereador e pelo gabinete técnico, que tinha ido ao local, que tinha discutido com os senhores Presidentes de Junta e, tinham chegado àquela conclusão do ponto de vista das transferências, que de acordo com a lei tinham que ser feitas até dia 30 de junho, até dia 30 do corrente mês. Aquela transferência de competências tinha que ser comunicada ao governo, à DGAL, para dizer que a partir daquele momento, de acordo com a lei, quem tinha aquelas responsabilidades eram aquelas juntas de freguesia, naqueles montantes, nos meios do ponto de vista mecânico, das viaturas, do ponto de vista de recursos humanos, do ponto de vista do dinheiro.

A maior bandeira deles tinha sido em 2001, quando pela primeira vez fizeram uma transferência de competências para todas as freguesias, tendo em linha de conta, que no passado já tinha havido alguma transferência de competências para a freguesia do Sado e para a freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, de coisinhas muito particulares, que tinha sido acordado com o executivo que os tinha antecedido e com esses presidentes de junta, já havia alguns setores descentralizados e, em 2001, com a entrada deles tinha sido feito um alargamento dessas competências e para todas as juntas, tinha sido a maior bandeira dos executivos da CDU, e tinham começado com cerca de um milhão e tal de euros, passou a dois milhões e tal de euros, no corrente ano estavam ainda a cumprir, até acabar o mandato, quatro milhões de euros, porque presentemente os acordos eram para um mandato, não são anualmente, como antigamente, e estavam ali, naqueles acordos cerca de seis milhões de euros, o que conferia maior capacidade de realização e de intervenção das freguesias, junto das pessoas, para resolver os problemas das pessoas em mais áreas, de forma mais intensa, quer do ponto de vista das escolas, quer do ponto de vista dos espaços verdes, outros no espaço público (quer no mobiliário urbano, nas calçadas, etc.), e isso conferia uma maior rapidez na resolução dos problemas das pessoas, com mais máquinas, mais recursos humanos e mais dinheiro.

Achava que aquela descentralização de competências era caminho certo, assim como deveria de ser um exemplo, de transferência de competências, do governo para os municípios, nas



áreas complicadíssimas, como eram a educação, a saúde e a área social, como já ali tinha sido referido.

Portanto, aquela proposta não poderia passar em claro e, era com muito orgulho que ela naquele dia ali ia, direitinha e certinha, para ser entregue, sendo certo que haviam outros municípios que nem conversa tinham tido relativamente àquele assunto.

Era com muito orgulho que via que aquele município de Setúbal tinha feito um trabalho direitinho e certinho e saudar, na pessoa do Vereador, todas aquelas pessoas que tinham sido intervenientes naquele processo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a senhora Presidente já tinha dito que dia 30 de junho tinham que enviar à DGAL a informação daquela decisão, com o valor em causa, porque os valores em causa eram transferidos para as juntas de freguesia diretamente da administração central do estado.

Aquela proposta era efetiva a 1 de janeiro de 2022. Era atualizável, todos os anos, até 30 de junho de cada ano. Se houvesse algum problema ou ajustamento a ser feito, era uma proposta que tinha um bom estudo, mas tinha uma maleabilidade suficiente para irem avaliando as coisas.

Achou que a senhora Presidente tinha feito muito bem, em chamar a atenção para a importância que aquilo tinha, porque não era possível, transferir ou escrever numa proposta a dimensão, o trabalho absolutamente notável das juntas de freguesia, na relação com eles e a forma como tinham transformado cada euro em muitos euros e, a forma como tinham realizado coisas no terreno que já mais realizariam se não fosse com as juntas de freguesia e a forma como tinham sido capazes de interpretar bem, o sentir das suas populações e, em conjunto com o Município de Setúbal, resolver os problemas mais prementes das populações. E além disso a forma como tinham juntado meios e recursos humanos e meios e recursos financeiros próprios, para complementar o esforço que estava a ser feito, do ponto de vista financeiro pelo Município de Setúbal. Era uma coisa difícil de traduzir, porque era uma dinâmica quotidiana de uma grande intensidade e de uma grande relação e proximidade com os municípios deles.

A relação com as juntas de freguesia, que não era da CDU, tinha sido equivalente. Tinham ali um Vereador que tinha sido Presidente de Junta e que tinha sido tratado igualmente, como qualquer Presidente de Junta, ele sabia isso e era capaz de confirmar isso, na relação permanente com as juntas de freguesia e a câmara e tinham ido tão longe quanto se podia ir de acordo com a vontade de cada um. Isso tinha sido muito importante e era assim que se construía Setúbal e era assim que se continuava a fazer futuro, porque era uma vontade profunda dos presidentes de junta deles, quer daqueles que se mantinham, quer dos que viriam seguramente, de resolverem em conjunto, em equipa os problemas e com o contributo dos presidentes de junta deles, não só para a execução, não considerados como executores de coisas que a câmara decidia, mas como contribuintes ativos para a definição das políticas, para a sua concretização, para o seu acompanhamento, para a solução dos problemas. Era uma riqueza, inigualável e difícil de traduzir numa proposta seca e técnica como aquela. Quis deixar aquele ênfase e acompanhar a senhora Presidente da Câmara naquela referência, que às vezes era difícil traduzir o forte sentimento de coletivo e de equipa que se tinha traduzido, no terreno, entre o município, e não tinha sido só o Vereador Carlos Rabaçal, tinha sido a Vereadora Carla Guerreiro, o Vereador Pedro Pina, o Vereador Ricardo Oliveira, a Vereadora Eugénia Silveira, o Vereador Manuel Pisco, tinham sido todos Vereadores, que também tinham tido uma relação de proximidade com as Juntas de Freguesia, cada qual na sua área, mas de uma forma articulada e conjugada, o que tinha sido profundamente benéfico e altamente rentável para o bem-estar das populações.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que como tinha feito referência ao seu nome, enquanto Presidente de Junta, não lhe custava dizer que no mandato de 2009/2013, quando tinha sido Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria da Graça, essa relação tinha sido, efetivamente uma relação de igualdade e transparência. Enquanto Presidente de Junta,



nessa altura, não tinha qualquer objeção a fazer ao tratamento que tinha tido, por ser de outro partido e isso era uma coisa que não lhe custava fazer referência ali.

Não tinha dúvidas que o trabalho dos presidentes de junta, independentemente dos partidos que representavam, era um trabalho de proximidade fundamental para resolver os problemas das populações. Não conhecendo em pormenor o trabalho que era feito atualmente pelos Presidentes de Junta, sabia perfeitamente que era um trabalho de proximidade e era um trabalho de preocupação permanente, em resolver os problemas das populações. Aqueles problemas que a câmara municipal não conseguia resolver, dado a dimensão que tinha e a máquina que existia, muito mais complexa para gerir, a Junta de Freguesia, enquanto um órgão mais pequeno, mais restrito, era capaz de resolver esses problemas.

Portanto, não lhe custava fazer essa referência e dizer que tinha sido importantíssimo o Gabinete de Apoio às Freguesias. Na altura em que tinha sido Presidente de Junta, o Eusébio Candeias tinha tido um papel fundamental, na ligação entre as freguesias e a Câmara Municipal, não lhe custava fazer essa referência, porque acima de tudo, acima da política existiam as pessoas e o trabalho que as pessoas desenvolviam, independentemente dos partidos que representavam.

Sr. Vice-Presidente – Disse que aquela era uma deliberação que não podia passar sem o devido relevo, pela dimensão política e pelo marco que constituía na administração autárquica. Aquela proposta, aquela deliberação, por um lado, no plano da discussão política, afastava definitivamente aquela acusação de circunstância, de que eles não queriam, só por mera oposição, fazer descentralização de competências. Estava a demonstração ali, de que não era nada disso, a CDU tinha gestão que privilegiava delegação de competências, a transferência com os devidos meios, com os recursos, e daquilo que competia à câmara, em relação às freguesias, era isso que fazia. Por um lado, ficava demonstrado que aquela acusação que lhes era feita, não tinha fundamento. Que houvesse uma descentralização de competências bem-feita, com os recursos do estado para as autarquias, como deve ser feita e de certeza que as autarquias da CDU, eram as melhores intérpretes dessa gestão descentralizada. E também por isso, aquela deliberação que naquele dia estavam a assumir, com a congratulação que era unânime, de todas as juntas de freguesia, do passado, do presente e julgava que também do futuro, com o bom resultado, na melhoria do trabalho, em benefício das populações, aquilo era uma marca do passado, do presente e do futuro da gestão da CDU. Para eles era uma marca, podiam dizer à vontade e era justo que o dissessem, julgava até que aquela proposta ia merecer, certamente unanimidade. Mas ali, se fizessem esse reparo, era com orgulho que levantava aquela bandeira, de campanha política pela CDU. Aquela era uma das principais marcas da gestão do passado, do presente e do futuro da CDU.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que aquela delegação de competências, como tinha dito a senhora Presidente e muito bem, tinha-se iniciado com o último mandato do Partido Socialista na câmara municipal. E a CDU tinha dado continuidade, mas pensava que as juntas de freguesia e a sua gestão deviam caminhar para competências assumidas e não competências delegadas. Essa era uma reivindicação que as juntas de freguesia deviam fazer e pensava que o tinham feito, porque as juntas de freguesia eram um órgão importantíssimo e não podiam depender da vontade de quem estivesse na autarquia a gerir destinos das câmaras municipais. Deviam ter competências assumidas, perfeitamente definidas, porque tinham e demonstravam capacidade para gerir aquilo que eram os dinheiros públicos e resolver os problemas das populações, o caminho deveria ser esse e, no início com a delegação de competências, porque sem uma coisa ou outra, não era possível fazer, mas competências assumidas deveria ser o futuro das freguesias porque tinham essa capacidade.

Sr. Vice-Presidente – Disse que não queria tornar aquele momento nubloso, mas disse da forma mais “soft”, mais suave possível, que quando o Partido Socialista tinha feito aquela descentralização, como o senhor Vereador Fernando Paulino bem sabia, a grande beneficiária

era São Sebastião, de que tinha a presidência na altura. O que recebia não tinha comparação com qualquer outra junta. E isso era um motivo de incómodo, por isso é que esteve na marca da gestão CDU, a incluir o equilíbrio e a isenção como fazia a distribuição de meios para todas as juntas, independentemente da cor partidária, como já o tinham demonstrado no passado e tinha sido reconhecido. Não bastava descentralizar por descentralizar, de forma isenta para todos, ou não, era preciso que ela fosse de facto isenta e justa, a repartição das tarefas e dos meios e essa é que era a marca deles, não invocava qualquer descentralização, nomeadamente a anterior.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que complementando com o que tinha referido anteriormente, e que tinha sido confirmado, tinham tido uma excelente relação, com as juntas na altura que eram do Partido Socialista, mas haviam duas coisas que lhe pareciam muito importantes.

As competências que estavam a ser transferidas eram aceites voluntariamente pelas juntas de freguesia, nas condições em que era possível realizar a competência transferida. Isso era uma realidade e não tinha nada que ver com as transferências do governo, fosse para o que fosse. Isso era muito importante, era uma visão muito correta e muito justa da transferência de competências, não iam transferir para as juntas aquilo que não eram capazes de fazer e que eles também não eram capazes de fazer, passando depois eles a serem os responsáveis, isso não existia. As competências só eram transferidas com os meios e recursos necessários, para que elas fossem bem cumpridas. E, na ambição deles, melhor cumpridas do que eram atualmente. Tinha sido esse o esforço feito.

Tinha sido verdade que tinha havido uma boa relação com as juntas do PS, tinha participado nisso e era verdade, e tinham feito esse esforço de terem essa boa relação. Mas também tinha que dizer que quando as juntas tinham deixado de ser PS, o envolvimento dos eleitos da CDU, atuais, tinha sido muito mais profundo, tinha ido muito mais longe, muito mais realizador e com uma resposta muito mais firme às populações. A latitude da afirmação daquelas juntas, tinha sido muito mais vasta, por vontade própria, assumindo responsabilidades muito mais vastas do que aquelas que à época essas juntas tinham assumido.

Portanto, havia ali uma diferença, estava a falar da marca de água que tinha falado o senhor vereador Manuel Pisco, quer da câmara, quer das juntas. Garantir as melhores soluções e a rentabilização de meios e recursos sociais, humanos, materiais e financeiros, para garantir uma máxima eficácia junto das populações.

Sra. Presidente – Disse que a descentralização de competências tinha começado antes de 2001 era um facto, por pressão, manifestações de duas juntas de freguesia, que passavam a vida em programas de radio locais com o Policarpo de Freitas e com o Portugal da Silveira, tinham feito uma grande pressão, não tinha sido o mandato todo, pensava que tinham sido os dois últimos anos e o Presidente Mata Cáceres, farto de ouvir os “homens”, não sabia exatamente quais tinham sido as áreas, pensava que tinham sido higiene e limpeza e varredura, quer ao Sado, quer à Gâmbia.

Não tinha sido um ato político, de vontade política, de estratégia política, tinha sido um ato de pressão, era isso que tinha que ser dito, assim é que devia ficar na ata. Tinha dado, mas por pressão de duas freguesias, não tinha sido o mandato todo, tinha sido depois de ter havido opinião pública a massacrar e nos dois últimos anos.

Portanto, isso era diferente de uma estratégia de uma orientação e de dizer: “Vamos fazer a descentralização de competências para todos”. E em 2001, o que se tinha verificado tinha sido a descentralização de competências para todos, como uma bandeira estratégica e de visão do município.

Ali, faziam-se atas, ainda há pouco tinha dito: “Parabéns, porque vocês fazem atas”. Haviam municípios que naquele mandato não tinham feito uma ata, nem da Assembleia Municipal, nem da reunião de Câmara, e como ali se faziam atas, que eram extremamente importantes para memória futura e, porque do ponto de vista da lei achava que era obrigatório, porque se acontecesse alguma coisa e fosse preciso ir para tribunal, ia ser o caso, onde é que estava a

ata que deliberava: *“Não há atas. Não há atas? Então, e da Assembleia Municipal? Também não há atas. Vai-se chamar, agora, uma empresa para fazer as atas.”* Portanto, ficava muito contente e tinha dito: *“Parabéns, porque vocês são os melhores do mundo. Aqui fazem atas, está tudo em ordem”*. Tinha faltado a do último dia, a do dia 31 de maio, porque eles ainda não tinham tido tempo de fazer aquela última ata.

Mas era importante que ficasse registado em ata, porque se não quem ouvisse o senhor Vereador Fernando Paulino dizer que já antes havia... Tinha dito que para duas tinha havido descentralização de competências e o senhor Vereador tinha dito logo: *“Como viu já havia descentralização de competências antes”*, quem ouvisse isso... felizmente que ali se faziam atas, porque quem lesse as atas, lia que tinham havido duas por pressão, nos últimos 2 anos.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que tinha começado a ser autarca em 1985, eleito pela Assembleia de Freguesias de Santa Maria da Graça, a mais antiga do Concelho de Setúbal. Tinha tido o privilégio de ter sido presidente e tinha sido o último presidente da freguesia, antes da União das Freguesias.

Aquilo que tinha dito poderia ser entendido da forma que quisessem, ou como elogio, ou de outra forma. Tinha dito aquilo que era um facto, limitava-se a registar factos e a ser honesto com ele e com o órgão onde estava representado. O que tinha dito eram factos, que entendia assim, se entendessem como elogio que fosse, não lhe custava fazer referência.

Não ia fazer um julgamento de intenção relativamente ao Professor Mata Cáceres, na altura Presidente da Câmara, quando tinha feito a descentralização de competências. Se tinha sido obrigado ou pressionado, tinha feito, era um facto, era histórico, fazia parte daquilo que tinha sido a realidade na altura.

Relativamente ao empenho dos autarcas socialistas, ele em Santa Maria da Graça e o Gilberto em São Julião, os executivos tinham aceite a delegação de competências que lhes tinha sido feita pela Câmara Municipal. Enquanto Presidente de Junta tinha aceite as competências que tinha achado que a junta de freguesia tinha capacidade para fazer bem. Porque exigir uma competência que depois não conseguisse dar resposta nunca tinha querido. Enquanto Presidente de Junta, tinha funcionado sempre assim. Não sabia se atualmente seria assim, mas não ia julgar o trabalho dos presidentes de junta de freguesia atuais ou dos mandatos anteriores. Por uma questão de estar na vida nunca o faria, faria o julgamento nos órgãos competentes, não era ali que iria julgar o trabalho de uma junta de freguesia, numa reunião de câmara. Algumas vezes tinham sido feitas, em Assembleia de Freguesia, referências a trabalho da vereação, nunca faria esse julgamento e essas críticas. Sabia daquilo que estava a falar, no período a que se estava a referir e aquilo que tinha sido o empenho dos presidentes de junta da altura, quer dos da CDU, quer dos do Partido Socialista. O empenho tinha sido sempre o máximo, honesto e de grande preocupação com as populações.

Sra. Presidente – Disse que em relação àquilo que o senhor Vereador Fernando Paulino tinha acabado de dizer, tinha razão, aquela não era uma freguesia qualquer da cidade, enquanto estava individualizada ou presentemente em união. Não eram freguesias fáceis, de terem o mesmo tipo de descentralização de competências que tinham as outras freguesias, isso era verdade e era justo. Por isso mesmo naquela descentralização de competências, haviam ali áreas que as outras juntas tinham, mas pela particularidade de aquela ser da cidade e de ter uma intervenção do centro, mais complexa e maior, achavam que não era a junta de freguesia que deveria fazer aquele trabalho, deveria ser a câmara, por exemplo, estava-se a referir aos espaços verdes de grande dimensão que a câmara não tinha transferido para a junta de freguesia da União, mas tinha transferido para outras, porque não tinham essas particularidades, tinham que comparar o que era comparável. Não se poderia transferir tudo da mesma forma que se transferia para uma freguesia das pontas, que sendo mais pequenas, eram mais fáceis e podiam ter tudo.

Vereadora Carla Guerreiro – Disse que a Junta de S. Sebastião não tinha ficado com os grandes parques, como o Parque Verde da Bela Vista, o Jardim das Energias, pelo mesmo motivo tendo em conta a especificidade também tinham sido retirados.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 163/2021 – Proposta n.º 04/2021 – SMPCB – Centro de Vacinação contra a COVID-19 na União de Freguesias de Azeitão - Apoio à Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 164/2021 – Proposta n.º 08/2021 – DOM/DIHAB – Proposta de celebração de Protocolo para a implementação do Estúdio de Som e Vídeo “Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade” Bela Vista

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta visava a continuação do apoio e desenvolvimento do estúdio de gravação e som, “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”, que tinha vindo a desenvolver-se a bom ritmo, com um impacto muito importante na comunidade local, e até já para fora dessa comunidade local.

Sra. Presidente – Disse que aquilo era um estúdio extremamente interessante e importante. Tinha trazido significativas alterações até comportamentais em relação aos jovens do bairro. Tinha trazido muitos jovens do bairro àquele estúdio que faziam letra, música e, que interpretavam essa música. Era uma coisa extraordinária, de exemplo único. Tinha trazido também muitos grupos de jovens a interpretarem vários estilos musicais de outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, já faziam fila, para a utilização do estúdio. O estúdio não estava ainda totalmente acabado, tinham sido eles que o tinham feito. Tinham um engenheiro de som que tinha idealizado e projetado o estúdio e, que foi pedindo à Câmara Municipal os materiais e eles iam construindo o estúdio.

Era um estúdio de referência, não era um estúdio qualquer, muito bem equipado e tomara muitos privados terem um estudo com aquela qualidade. Daí, terem vindo muitos grupos, de artistas, de músicos profissionais a pedirem a utilização do estúdio, que era gerido pelos jovens do bairro, naquele programa “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a senhora Presidente tinha falado e muito bem e até com sentimento sobre aquilo, porque ela tinha importância em todo o trabalho, mas haviam coisas que a senhora Presidente tinha mais no coração e, aquela tinha sido uma delas.

Para além da participação, havia ali uma construção de pessoas capacitadas do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista humano, e que estavam a ultrapassar largamente aquilo que eles pensavam inicialmente, que era mais uma resposta técnica. Não era mesmo só uma resposta técnica, era uma resposta profundamente humana. Por exemplo,

tinham aparecido uns jovens ciganos, que não tinham qualquer proximidade com o programa e, que que naquele momento tinham um grupo que gravava, cantava e misturava as suas músicas. Aprendiam a misturar e a editar as suas músicas, no fundo tinha uma componente muito forte de pegar num jovem e transformá-lo num músico total. Também tinham formação de luminotécnica, tinham formação de todas as áreas. Eram jovens que saíam dali capazes de produzir um espetáculo, de produzir uma música, além de cantarem.

Era um processo muito interessante e tinha que ver com a emancipação das pessoas, ali no bairro, na lógica do programa "*Nosso Bairro, Nossa Cidade*". Era um instrumento à volta de uma área concreta que era a expressão artística e técnica, de emancipação das pessoas dos nossos bairros. Naquele sentido era muito revelante.

Sra. Presidente – Disse que aquilo mudava cabeças, mudava outros comportamentos, aquilo era fundamental. E era de uma transformação, era de uma coisa nunca vista.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 165/2021 – Proposta n.º 08/2021 – DAAE/DIHU – Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Setúbal

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 166/2021 – Proposta n.º 52/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à União Desportiva e Recreativa das Pontes – Campeonato de Motocrosse

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 167/2021 – Proposta n.º 53/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio ao espetáculo "Zeca Afonso Contado e Cantado" - ACTAS

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

h

11. Deliberação n.º 168/2021 – Proposta n.º 54/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 17.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal – Sociedade Musical Capricho Setubalense

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 169/2021 – Proposta n.º 55/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio à realização da edição da obra premiada do XXI Concurso Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 170/2021 – Proposta n.º 56/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro para a colocação de piso no salão da Sociedade Filarmónica Providência

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Emanuel Soares – Disse que queria fazer uma nota introdutória, pois não sabia se o assunto de que vinha falar seria oportuno. Era com alguma nostalgia que estava ali, porque, ao fim de 12 anos, voltava àquela casa, após trabalhar nela 10 anos. Tinha-se falado muito no futuro, mas o futuro tinha que se olhar no presente.

A Sra. Presidente tinha falado e bem de algumas situações de 1999, mas em 1999 já havia técnicos na Câmara que continuavam no ativo, atualmente.

Falando no futuro e na parte da modernização administrativa, após 12 anos de ausência de Setúbal era notório, face às suas visitas anuais, o desenvolvimento que Setúbal tinha vindo a sofrer. Nesse ponto, queria dar os parabéns a todo o executivo, aos intervenientes, que tinham feito para isso acontecer.

Estava ali porque tinha contactado várias vezes a Câmara, através de “e-mails”. Estavam a falar no futuro e o COVID tinha vindo trazer uma situação que tinha facilitado a intervenção, naquele caso, dos particulares perante a Câmara, quer fosse através da entrega de documentação via “e-mail”, mas, depois, o retorno a esses particulares não estava a funcionar corretamente, nem sequer lhes davam resposta.

4

Inclusive, tinha alguns elementos para o Gabinete da Participação Cidadã em que a resposta que tinha obtido, passados dois meses, tinha sido a dizer que se devia dirigir à Câmara. Para isso, não precisava dessa resposta passados dois meses.

Gostaria de questionar, também, se a Câmara tinha algum levantamento dos prazos médios de execução de decisão e de análise dos processos de obras entregues, porque, na véspera, através de um contacto telefónico que tinha feito com o gabinete do Chefe de Equipa Multidisciplinar do Gabinete de Projeto das Áreas Urbanas de Reabilitação Urbana, tinham-lhe perguntado se sabia qual era o tempo médio de análise de um processo de obras em Portugal. Não lhe cabia a ele responder isso. Estava a colocar essa questão porque também era do seu interesse, apesar de não se poder reger pelos prazos médios de Portugal. Estava em Setúbal e queria ser respondido pelos prazos de Setúbal. Não podia aceitar que uma técnica lhe chamasse, diretamente, incompetente porque um processo não estava bem instruído. No entanto, verificava que, passados dezoito meses, tinha sido esse mesmo técnico, ao analisar o processo, que tinha detetado que tinha uma falha.

Gostaria, também, de saber quais eram os procedimentos para a resposta aos munícipes ser colocada via “online” porque, como tinha dito, colocavam os e-mails para o Gabinete da Participação Cidadã, nos quais também tinha colocado uma sugestão de, uma vez que se estava na modernização administrativa, entregavam-se processos via “e-mail”, porque é que também não recebiam os pareceres dos técnicos, após a assinatura e a conclusão, ou da assinatura, naquele caso, da Presidente ou do Diretor do Urbanismo? Por que é que não recebiam, também, essa comunicação via “e-mail”?

Achava que ganhavam tempo porque tinha ali um parecer elaborado em 20/5/2021 e tinha-o recebido no dia anterior, ou seja, estavam a falar, praticamente, de 20 dias decorridos. Podiam ganhar muito mais a nível da eficiência, achava que era esse o objetivo da Câmara de Setúbal.

Tinha questionado, também, essa mesma técnica, pois não achava normal um processo que tinha sido entregue em 14 de novembro de 2019 ter um parecer técnico em 31 de janeiro de 2020 e ser assinado passados 47 dias, em 17 de março de 2020, quando, a nível de assinaturas, inclusive da Sra. Presidente, demorava 5 ou 8 dias, prazo meramente que aceitava. Não podia aceitar que um técnico, para assinar um parecer de outro técnico, demorasse 47 dias. E só tinha sido assinado em 17 de março de 2020 porque tinha sido o dia que tinha antecedido a implementação do estado de emergência, quando essa técnica lhe tinha respondido que, obviamente, teria que despachar. Pois tinha, porque iria entrar em estado de emergência e tinha que despachar.

Pensava que a Câmara tinha a ganhar muito no controlo desses prazos. Pensava que já o fizesse, porque, na altura, quando saiu, era analisado pelos tempos de resposta dos processos que entravam, o tempo que demorava a fazer esses pareceres, e, depois, era-lhe atribuída a pontuação, se era bom ou muito bom, se era em 3 dias, se era em 5 ou se era em 7. Pensava que a Câmara, nesse aspeto, ganharia bastante. Não sabia se o fazia na análise desses prazos de resposta, de pareceres dos técnicos.

Era sincero e era por isso que estava ali, porque também tinha tentado fazer um agendamento com a Sra. Presidente e não tinha obtido resposta. Passados dois meses, não tinha uma resposta, nem um obrigado. Aliás, tinha feito uma referência, que agradecia que acusasse esse “e-mail”, e, até àquela data, não tinha obtido resposta.

O futuro fazia-se no presente e, com isso, terminava a sua intervenção. Deu os parabéns à Sra. Presidente por toda a evolução de Setúbal que era notória.

Sra. Presidente – Agradeceu ao Sr. Manuel e disse que, no fim, tinha que lhe mostrar o nome dessa técnica, para falar com ela e ver o que é que teria acontecido.

Quería dizer que, independentemente desses prazos, tinha muito orgulho no trabalho que os técnicos da casa tinham estado a fazer, mesmo muito orgulho. Esse processo era da área do urbanismo. À medida que conhecia outras câmaras ainda mais orgulho tinha, câmaras que não funcionavam quase há 4 anos. Outras, não funcionavam havia 2, 6, na árca do

4

urbanismo, para não falar noutras áreas. Já que estavam na área do urbanismo, era escandaloso o que acontecia noutras câmaras.

Por isso, às vezes, alguns técnicos ficavam um bocadinho irritados quando as pessoas os questionavam, porque as pessoas não tinham a noção da volta que um processo de urbanismo dava. Se calhar, o Sr. Manuel tinha porque tinha estado cá, mas mesmo assim, devia ter mais compreensão pelos colegas. Um processo de urbanismo era muito complexo. Quando não estava ali, também não fazia a mínima ideia. Naquele momento, dizia que eles faziam milagres, mesmo com a pandemia. Se o Sr. Manuel tinha 47 dias não era nada, porque tinha parado mesmo tudo logo no primeiro confinamento.

Antes da pandemia, eles estavam com uma velocidade de um mês, um mês e meio, para despachar um processo, se o processo estivesse bem instruído e completo porque contava a partir daí. Se viesse bem instruído e completo. Quando não vinha bem instruído e completo, quando havia falhas, tinha que se fazer notificações, depois ia para outro setor e outro setor. Como o Sr. Manuel sabia, aquilo andava numa data de setores. Quando chegava à sua mão, não tinha um papel para despachar em cima da mesa porque, às vezes, até ali, se estava a atender pessoas estava a despachar papéis, para, enquanto as pessoas estavam no serviço, enquanto era horário de expediente, irem logo despachando as coisas que ia fazendo.

No dia anterior tinha tido duas reuniões que estavam pedidas havia cerca de 5 dias. Tinha-as feito no dia anterior à tarde. Não tinha nem uma reunião pendente para fazer, nem uma. Portanto, se não tinham aceitado o pedido de reunião, iria saber o que é que se tinha passado, porque era a vereadora do Urbanismo. No dia anterior tinha tido as duas últimas, que estavam havia 5 dias à espera. As pessoas tinham ficado parvas por serem atendidas. Já eram quase 8 horas, mas tinham sido atendidas no dia anterior e tinha despachado esses processos.

Iriam falar, depois, os dois, para ver esse processo, mas queria dizer que, de facto, tinham entrado muitos processos na área do Urbanismo. Já entravam antes de 2020, antes da pandemia.

O resultado financeiro que a Câmara tinha devia-se não só ao aumento dos impostos, nomeadamente do IMI, porque o IMI também refletia um aumento de processos de Urbanismo. Estavam a regularizar mais casas ou havia mais casas novas, e, portanto, também tinham mais impostos. Mas devia-se, também, ao aumento de receitas, ao número de processos que tinha entrado. Tinham entrado muitos. Felizmente, tinham entrado muitos.

Num tempo de pandemia tinham entrado quase tantos processos como em 2019 e, no ano de 2021, já estavam a entrar mais do que em 2019/2020, o que era uma coisa fantástica porque na primeira fase da pandemia a Câmara praticamente tinha parado e ninguém sabia o que é que iria acontecer. Nem sequer tinha havido teletrabalho, tinha fechado mesmo. Os eleitos vinham cá quase todos os dias, mas era para ver como estavam as coisas e iam-se embora. Depois, na outra fase, tinham entrado em regime de teletrabalho. Ainda havia muita gente em teletrabalho, mesmo quando tinham começado a descer muito os números. Na segunda fase já não havia muita gente em teletrabalho e, depois, tinha aumentado, outra vez, o número de pessoas em teletrabalho.

As pessoas iam para casa, mas levavam muitos processos para despachar, ao contrário de outros municípios que não levavam processos nenhuns para despachar. Não sabia como é que chamavam àquilo teletrabalho. Os nossos técnicos levavam processos para despachar e deixavam às suas chefias a relação dos processos para também saberem onde é que andavam os processos - porque podia haver um pedido dum processo e não se sabia dele -, para saberem que o processo tal estava com o técnico tal, em sua casa. Tinha sido feito o controlo de tudo.

Às vezes, estavam aflitos para aquilo andar mais depressa, mas como o Sr. Manuel sabia, tinha que ir a uma série de setores e depois ia às chefias, à chefe de divisão, e, se era uma área da ARU, tinha que ir à responsável da ARU. Depois ia à outra chefe de divisão, depois ia à diretora de departamento e, depois, vinha até à Presidente da Câmara e, assim que chegava, andava, resolvia-se rapidamente, mas eram muitas e eles tinham que olhar para os

papéis. Também confiava muito neles e via tudo de uma forma muito mais rápida, porque confiava neles.

Eles tinham que estudar o processo de uma ponta à outra e eram muitos processos. Por isso, quando dizia a um técnico: “*Você demorou tanto tempo!*”, eles ficavam irritados, porque sabiam que, em outros municípios, aqui à volta – não era preciso ir para outros lados, aqui à volta -, câmaras com uma dimensão idêntica à de Setúbal e até mais pequenas, eram anos. Lisboa não andava e não-sei-quê não andava.

Compreendia que eram muitos dias, mas quem conhecia bem o trajeto de um processo todo de urbanismo sabia que não eram muitos dias. Por isso, um dos investidores que, no dia anterior, tinha vindo cá, tinha vindo dizer que muitos empresários na área da construção estavam a mudar para cá, porque, aqui, o urbanismo funcionava, o que estava, de facto, em contradição com aquilo que o Sr. Manuel tinha dito.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e quarenta e seis minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 7 de julho de 2021, por unanimidade, contém 28 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revisla por:
Paulo Hortênsio